

E depois do semáforo?

As 177 páginas do acordo entre sociais-democratas, liberais e verdes para o novo Governo alemão mantêm omissões e ambiguidades, mas também incluem linhas estratégicas encorajadoras no plano da política externa.

Nuno Severiano Teixeira | *Público* | 1 de Dezembro de 2021

Toma posse na próxima semana a nova coligação governamental na Alemanha. Dá pelo nome de “semáforo”, fazendo jus à simbologia política dos partidos que a formam: o vermelho dos sociais-democratas; o amarelo dos liberais; e o verde dos verdes.

A coligação transporta consigo, continuidade e mudança. Continuidade, porque os sociais-democratas transitam do governo da grande coligação e o novo chanceler serviu mesmo como ministro das Finanças de Merkel. Continuidade, também, porque é a segunda vez que sociais-democratas e verdes formam governo. Mudança, porque nunca, na história da Alemanha três partidos tão diversos, política e ideologicamente, tinham negociado uma coligação e formado governo: sociais-democratas e verdes à esquerda, liberais à direita.

As 177 páginas do acordo são o resultado de uma longa e detalhada negociação. As ambiguidades e as omissões lá estão. Fazem parte da negociação e são a garantia do compromisso político. Mas só o exercício do poder revelará o sentido das ambiguidades e omissões e, sobretudo, a correlação de forças no quadro do compromisso. Isto é, sabemos que o semáforo está aberto, não sabemos o caminho depois do semáforo.

Na política externa, as linhas estratégicas são encorajadoras. Num mundo em que a rivalidade entre os EUA e a China pela hegemonia mundial se agudiza, a Alemanha repensa o seu lugar no mundo. E a que vier a ser a política externa da Alemanha será decisiva para a Europa e para o lugar da Europa no mundo. Tempos houve em que prevalecia a ideia de uma Europa alemã. Agora, parece regressar-se à ideia de uma Alemanha europeia, com referência, até, a um Estado federal europeu.

Duas questões são desde logo fundamentais: primeiro, o Pacto de Estabilidade e Crescimento; depois, o Plano de Recuperação e Resiliência. No debate sobre o Pacto de Estabilidade, entre os “frugais” e os que o consideram obsoleto e o querem rever, a posição da Alemanha será decisiva. O acordo prevê que o Pacto deve ser simplificado, transparente e assegurar um endividamento sustentável. Ora, entre um ministro das Finanças liberal e ortodoxo e a flexibilidade aberta pelo acordo, qual o resultado final?

No que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência, o acordo indica que é um instrumento limitado no tempo e no montante. Mas não exclui que seja possível a sua renovação. Também aqui não conhecemos o resultado final. Esgotar-se-á com o fim da

pandemia ou tornar-se-á estrutural, confirmando o tal momento *hamiltoniano* da Europa?

No plano institucional as propostas são igualmente europeístas: menos decisões por unanimidade, mais por maioria qualificada; obrigatoriedade de *spitzenkandidat* para presidente da Comissão; listas transnacionais para o Parlamento Europeu e direito de iniciativa para o Parlamento. Explícita e assertiva é a retórica sobre o Estado de Direito. Depois de anos de transigência com a Hungria e a Polónia será, agora, expectável maior coerência entre o discurso e a prática. No plano europeu como no plano global a opção é por uma política externa vocal de afirmação de valores e respeito pelos direitos humanos e os princípios da democracia.

Essa orientação é já clara na expressão atlantista da nova política externa alemã. O compromisso com a NATO, a cooperação internacional e a coordenação de posições com os Estados Unidos e as democracias. E posições mais duras para com os regimes autoritários. Primeiro, a relação com a China, alinhada com a terminologia europeia – parceiro, competidor, rival sistémico - mas devendo ser concertada com o aliado americano. E, claro, intransigência relativamente aos direitos humanos. Há, agora, uma divisão clara entre os interesses alemães e os interesses económicos alemães. É o fim da equidistância de Merkel, entre os EUA e a China. E a suspensão do acordo de investimento com a China é disso um sinal concreto. Segundo, a Rússia: condena-se a desestabilização no leste da Ucrânia, o desrespeito pelos direitos humanos e a erosão da democracia, **mas o acordo é omissivo no que toca ao Nordstream 2**. Os verdes e em particular a ministra dos Negócios Estrangeiros são contra. O chanceler, social-democrata, bem mais próximo da Rússia, tem-se mostrado a favor.

Qual destino do gasoduto da discórdia? Não sabemos. Sabemos que durante os anos Merkel a Alemanha esteve dividida entre a segurança da NATO, a energia, da Rússia e o comércio da China. Isto é, sem uma grande estratégia. A coligação anuncia para o ano uma Estratégia de Segurança Nacional para a Alemanha. Boas notícias.

<https://www.publico.pt/2021/12/01/opiniao/opiniao/semaforo-1986997>